

A DATA DA MORTE DA RAINHA JINGA D. VERÓNICA I*

Fernando Campos (Angola)

A leitura atenta da incompleta Relação de Mbamba pode induzir em erro. O primeiro período é distinto da parte que se segue. Nele se afirma:

"A nossa missão antiga de Bamba nunca deseparada de nos se não ultimamente por falta dos operarios, e chegando o dito Padre Prefeito a Loanda o Gram Duque lhe pediu missionarios, e lhe respondeu que esperasse athe o mez de Mayo, que elle mesmo vindo em vesita lhe deixaria um missionario."

Experimentemos utilizar um método que permita o aproveitamento deste período para uma localização do tempo a que esse assunto diz respeito.

Monari escreveu a sua Relação em data não posterior a maio de 1722 em Lisboa, sobre assuntos referentes à sua estadia em Angola, desenrolados até maio de 1720.

Referindo-se à missão de Mbamba, Monari pode afirmar que ela nunca foi abandonada pelos missionários a não ser ultimamente, recentemente, tanto que em uma das chegadas a Luanda das suas viagens pastorais o Padre-Prefeito Lorenzo da Lucca recebeu uma carta do Grão-Duque de Mbamba

a pedir-lhe missionários. O Padre-Prefeito respondeu-lhe que no seguinte mês de maio aquando da sua próxima visita a terras de Mbamba, lhe deixaria ficar um missionário. Qual mês de maio? É de crer que se tratasse do mês de maio de 1719, porque Lucca ainda contava ir a Mbamba depois dessa data. Não podia nunca tratar-se de maio de 1720 porque depois dessa data, nem Monari nem Lucca estariam já em Angola.

Então a troca de correspondência com o Duque foi anterior a essa data.

Aceitando que o referido mês de Maio pertence ao ano de 1719, é verdadeiro que tal proposição não colide com nenhum dos dados reais que intervierem nesta pequena discussão do problema.

Pode surgir uma dúvida se prosseguirmos a leitura da Relação de Mbamba.

Monari escreve que o Bispo D. Luís Simões Brandão, antes de definitivamente partir de Luanda, pregou uma partida aos missionários italianos, pois que tendo prometido respeitar a missão de Mbamba, nomeou sem ninguém saber um clérigo português para a dirigir. Assim, mais tarde quando Lucca lá foi, encontrou para seu maior espanto um clérigo português em vez de um capuchinho italiano. Conhecedor dos seus maus hábitos, Monari pede na sua Relação que esse padre seja removido daquele lugar.

Ora este facto da nomeação do clérigo português só pode ter sucedido antes de agosto de 1713, ou seja antes da partida do Bispo Brandão para Lisboa, o que pode estabelecer a dúvida quanto à conclusão de há pouco.

Contudo, o facto actual que se lê no texto é a ida do Padre-Prefeito Lucca até Mbamba, e esta não poderia ter-se realizado em uma época tão longínqua, muitíssimo anterior à da morte do Rei do Congo D. Pedro IV. Já havíamos de resto definido a época em que se desenrolaram os principais acontecimentos da Relação. Absurdo seria recuar tal época até 1713, o que ia contra todos os dados concretos que já ventilámos, ao apertarmos cada vez mais o intervalo de tempo a que se refere o assunto da Relação.

A primeira vista parece que os sucessos de Mbamba se realizaram logo quinze dias depois da partida do Bispo Brandão. Na verdade o clérigo português nomeado para Mbamba tanto podia ter partido logo a ocupar o seu lugar, como, o que é mais natural, espreitava a propícia ocasião em que por qualquer motivo a missão ficasse deserta. Pois foi justamente o que sucedeu e o texto assim o afirma. A missão de Mbamba, através de todos aqueles anos, nunca esteve deserta, salvo nos últimos tempos, tempos muito recentes para o momento em que Monari escreveu.

* Continuação do artigo iniciado no número anterior.

O próprio Bispo Santa Catarina, ao justificar as razões da permanência do padre português Matias de Albernás na paróquia de Mbamba, dá ao assunto uma tal actualidade, pois até se refere a uma carta que o Duque de Mbamba lhe teria escrito, já depois da sua posse como Bispo de Angola e Congo (em 1722), pedindo-lhe que não fosse retirado esse padre. Além disso, o Bispo, na sua resposta ao inquérito, pede ao Rei de Portugal que interfira junto do novo Padre-Prefeito (Fr. Giuseppe Monari da Módena) e seus missionários, para que não perturbem as suas paróquias e se contemtem com os lugares que lhes foram destinados.

Essa afirmação do Bispo vem repor no seu devido pé a ideia de que todos os sucessos relatados por Monari se desenrolaram em época bastante próxima àquela em que ele escreveu, ou melhor, àquela em que ele deixou Angola.

Assim a parte duvidosa do texto sobre Mbamba nenhum perigo irá exercer na conclusão tirada sobre o primeiro período do texto. Os sucessos de Mbamba, isto é a troca de correspondência com o Duque de Mbamba, o encontro com o Padre Matias de Albernás na missão de Mbamba e o pedido de expulsão deste padre são, portanto, de época muitíssimo actual para Monari.

Reino de Jinga

Voltando a D. Verónica I, Monari não nos fala da época da sua substituição no trono de Jinga.

Quando começou a viajar pelo sertão jinga depois de 1716, deve ter tido notícias sobre a Rainha D. Verónica I, já muito idosa, que andava então desejosa de assistência religiosa e apresentava sentimentos de amizade para com os portugueses.

O facto de uma Relação, que nada faz constar do Estado Jinga senão impressões de ordem religiosa, aparecer o nome de uma Rainha Jinga laureado de sentimentos religiosos e pacíficos, faz pensar que o seu Autor, depois da sua instalação em Massangano, se tenha posto em direcção ao sertão a fim de estabelecer o seu ministério e contactar com as gentes, auscultando-lhes a índole e a predisposição religiosas.

Nada no texto nos leva a pensar contudo que o facto histórico da morte da Rainha e sua substituição por outro Rei tenha sido vivido por quem o citou. A própria Relação confirma a impossibilidade de os missionários se deslocarem para além da zona de influência portuguesa em direcção ao Reino de Jinga por falta de consentimento oficial. Por isso nunca sucedeu ter acontecido qualquer visita de Monari à corte do Reino de Jinga.

A morte do Rei do Congo D. Pedro IV é no texto menos actual que a de D. Verónica I, facto este que, ligado à existência de um novo Rei em Jinga, sobressai em actualidade na parte do texto em que é aludido.

Constatemos ainda a ordem por que estão narrados os assuntos da Relação: primeiro, sobre o Congo; depois sobre Mbamba; e finalmente sobre Jinga. Entre a relação de Mbamba e a de Jinga figurava uma parte relativa a Massangano que não foi transcrita em Paiva Manso.

Se pusermos da parte qualquer capricho que tenha levado o Autor a estabelecer essa ordem, devemos acreditar que a mesma tenha tido um fundamento cronológico, baseado na sucessiva estadia do Autor em Congo e Angola. Monari esteve no Soyo de julho de 1713 até princípios de 1716. Entre 1716 e 1720 fixou-se em Massangano, não deixando nunca, contudo, de efectuar viagens pastorais na sua nova zona de influência, ou de se informar de tudo junto dos outros capuchinhos, como sempre fizera.

Muito embora o Autor pudesse ter feito mais do que uma viagem em qualquer de ambas as regiões, é de notar que ao dispor os assuntos pelo modo que usou, apenas empregou os factos mais importantes da vida de cada nação que interessavam à sua argumentação na crítica missionária que formulou.

Registe-se também que a sua Relação foi escrita depois de outros missionários alguns anos antes de haverem abordado a mesma questão do Congo.

E de notar ainda que o Autor quando escreveu a sua Relação, tentou lembrar-se dos acontecimentos de base religiosa mais importantes que se haviam desenrolado no Congo. Para o fim que desejava, mais não lhe foi preciso do que considerar a existência de um Vigário-Geral (D. Estêvão Botelho) que agia contra os interesses dos capuchinhos, assim como era o responsável pelo caso do segundo casamento e morte de D. Pedro IV. O Autor escreveu o correspondente capítulo sintetizado.

Já o capítulo sobre o Ducado de Mbamba está mais desenvolvido, o que significa estar o assunto mais presente na sua memória, não admirando que pouco tempo antes de embarcar para Lisboa tivesse recebido notícias de lá. Com efeito, o Autor começa por escrever: "A nossa missão antiga de Bamba nunca deseparada de nos se nao ultimamente por falta dos operarios..." e prossegue narrando depois com maior latitude de pormenor a querela entre os padres portugueses e os missionários italianos.

Finalmente a parte respeitante ao Reino de Jinga está muito mais desenvolvida, muito mais actual, correspondendo o seu texto a uma descrição mais pormenorizada que as anteriores e logicamente mais recente. É pois de crer que a época respeitante ao assunto seja a mesma da sua partida de Massangano para Luanda.

Colocadas as três Relações no tabuleiro do tempo, não há dúvida de que a Relação sobre Jinga foca assuntos de época mais actual do que aquela em que a missão de Mbamba fora temporariamente abandonada "ultimamente por falta dos operários" e contudo o assunto da Relação de Mbamba diz já respeito a uma data muito próxima daquela em que o Autor decidiu seguir para Lisboa.

Pelo informe do Bispo Santa Catarina, o Autor terá permanecido pouco tempo no Soyo, na realidade até 1716, indo depois viver durante vários anos em Massangano, passando depois em data mais recente para Luanda onde terá estado até ao seu embarque para Lisboa. Monari em Luanda terá aquilatado da importância dos factos mais salientes e actuais com que iria cimentar a reclamação que congeminava fazer sobre o estado das missões em Angola e Congo. Com excepção da Relação do Congo onde se referem factos mais antigos como o da morte de D. Pedro IV, todos os outros assuntos são actuais, nomeadamente a permanência no Congo do Vigário-Geral, os sucessos de Mbamba e os factos ocorridos em Jinga, estes mais escarpelizados, dada a presença do Autor em Massangano até um pouco antes da sua nova e breve estadia em Luanda, antes do seu embarque para Lisboa.

Comparando os sucessos de Mbamba com os de Jinga em uma base cronológica, temos de admitir que eles são quase simultâneos. Os sucessos de Mbamba, anteriores aos de Jinga, ter-se-ão desenvolvido em época bastante próxima a / maio de 1719. Pois bem, os sucessos de Jinga são de época ainda mais recente.

Reparemos também que Monari inicia cada uma das suas Relações por um facto actual: no Congo, a existência do Vigário-Geral nas circunstâncias que aponta; em Mbamba, o estado em que se encontrava a missão, e a troca de correspondência com o Duque; em Jinga a notícia sobre a morte de D. Verónica e a existência de outro Rei no poder.

Por enquanto só temos a certeza de que em 1722 o Reino de Jinga era governado por um soberano (D. Afonso I), não podendo sem o recurso a outras fontes arriscarmos a data em que ele subiu ao trono, ou seja a data em que a sua antecessora D. Verónica I faleceu.

Os Documentos do Físico-Mor

No Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa existe na Caixa 15 de Angola, pasta de 1721, um conjunto de 3 documentos, um dos quais vem servir de grande ajuda para a resolução do problema que nos propusemos

iluminar. Trata-se de 3 documentos escritos em Luanda, em novembro de 1721, pelo cavaleiro e fidalgo da casa real portuguesa Thomé Guerreiro Camacho e Aboym, Físico-Mor pela Universidade de Coimbra, e que exercera então a profissão clínica em Luanda.

Esses documentos destinavam-se ao governo de Sua Magestade o Rei de Portugal, a fim de serem apreciados os acontecimentos então desenrolados em Angola e desfavoráveis ao próprio governador de Angola Henrique de Figueiredo e Alarcão.

Nesses 3 documentos, escritos provavelmente na mesma ocasião e sob o mesmo estado de espírito, o Físico-Mor, dominado pela exaltação, queixa-se a El-Rei de Portugal de todas as prepotências que o Governador Henrique de Figueiredo e Alarcão exercera sobre os moradores de Luanda, dá conta do desagradável ou condenável ambiente social criado e mantido pelas autoridades, e relata especialmente as sevícias a que o próprio Físico-Mor esteve sujeito, incluindo tentativas de morte por espancamento, prisões, etc.; além disso alude também ao próprio problema político-administrativo em que o governo do Reino de Angola é visado pela sua inoperância e pelo estado caótico em que se encontrava a conquista.

Seguindo uma sequência lógica, supomos terem os documentos sido redigidos pela seguinte ordem: o primeiro documento terá sido aquele em que o médico Thomé Aboym se queixa dos particulares padecimentos a que o submeteram o Governador e seus parciais, e pede a Sua Magestade o Rei de Portugal que faça justiça removendo do lugar e castigando ao Governador; este documento não está datado, mas está assinado pelo Físico-Mor.

O segundo documento e o terceiro documento, seu complemento, reflectem as preocupações dos moradores de Luanda quanto ao ambiente criado pela administração de Henrique de Figueiredo e Alarcão. Nenhum deles se encontra também expressamente datado, mas contém o terceiro uma informação cronológica de quando terá sido escrito, informação essa que vem limitar a data em que o segundo terá sido redigido.

O segundo documento é uma petição em que justificando todos os passos das suas acusações os moradores pedem a Sua Magestade o Rei que "pá. restauração destes Reynos e conservação das conquistas lhes faça mce. mandar as cabeças do d^o. Gor., e ouvidor pá. este Reyno donde tem cometido os delictos, de tiranos e inconfidentes, que parece São aSim ficarão animadas as Leis Divinas e humanas de V^a. Mage. e os Seus vaçallos, e terá mais q^m. melhor o Sirva".

Ao segundo documento se refere o terceiro documento assim:

"Depois de Serrada a incluza em que damos conta a V^a. Mage. do estado em que o G^{or}. Henrique de Figdo., Ouvidor g^{al} e seus perçiais, tem posto estes Reynos se nos oferece noteciarmos a V^a. Mage. mais o seguinte".

"Em hũa Sumaca que chegou ontem de Beng^a. que se contão vinte e nove de 9bro. do prezente anno de 1721 vierão as noticias do evidente perigo em que Se achava aq^{le}. prezidio, e o de Caconda plos Negros Levantados daq^{le} Certão estarem com grande poder empenhados a extrohillos."

E segue-se a conta de mais cenas desagradáveis ocorridas em Luanda nos últimos e mais recentes dias.

A informação cronológica do momento da redacção desse terceiro documento aparece neste passo:

D'aqui se infere ter o terceiro documento sido escrito em 30 de novembro de 1721.

Este terceiro documento constitui um post-scriptum do segundo documento, aparentando ambos representar o parecer dos moradores de Luanda sobre a actuação dos governantes, bem como o desejo lavrado sob forma de petição de que o Rei de Portugal se impusesse tomar as medidas de justiça neles consignadas.

O segundo documento, escrito cronologicamente antes do documento que definimos como terceiro, bem podia ter sido escrito no mesmo dia 30 de novembro; aliás tal dia calhou em um domingo, ou seja o dia próprio para a expansibilidade de quem possuía veleidades literárias a desenvolver fora do âmbito das ocupações cotidianas. Mas esse segundo documento não poderia nunca ter sido escrito depois dessa data.

Parece-nos contudo que o documento-petição dos moradores teria sido ao máximo escrito a 29 de novembro, quiçá mesmo antes. Com efeito, não contém nenhuma notícia recente sobre a situação militar em Benguela e Caconda, na base das últimas informações acabadas de chegar de Benguela nesse dia 29 de novembro.

Tanto o segundo documento como o terceiro documento foram lavrados do punho do Físico-Mor Thomé Guerreyro Camacho e Aboym, pessoa culta que passava por bem informada e com sólidas relações no meio social, especialmente no meio eclesiástico onde gozava de boa audiência. Eis porque Thomé Aboym se sentia à vontade ao redigir uma petição em nome dos moradores descontentes com a actuação das autoridades.

Representações dessas dirigidas para Lisboa, para o governo de Sua Magestade, fizera o Físico-Mor várias, mas sem successo algum pois que,

segundo ele informa no documento que assina, as cartas eram-lhe subtraídas de bordo dos navios por ordem do Governador, "não só p^a execução de suaz viganças mas p^a q^{ue} V^a Magde não seja sabedor dellas".

Grande dúvida pode pairar no espírito dos que o lerem, sobre a possível data em que foi escrito o documento que taxamos como primeiro da série, ou seja o documento pessoal do Físico-Mor que o assina responsabilizando-se de todas as queixas efectuadas e motivadas pelos maus tratos, sevícias e prisões que afirma ter sofrido.

Com efeito, na queixa do primeiro incidente pode ler-se:

"Queixasse a V^a Magde o prezo sobre menage na Cid^e de Loanda Thomé Garreiro Camacho e Aboim, Cavaleiro fidalgo de Sua Caza formado no Seu partido na Univerissid^e de Coimbra, Phizico Mor do Reyno de Angola."

"E queixasse o Sup^e de V^a Magde que em Seu Real nome o G^{or} Henrique de Figueiredo e Alarcão, ordenou astuciosam^{te} 4^a fr^a de trevas de 1721 ao meyo dia matar ao Sup^e estando recolhido em sua caza, com huma asuada de tres homens, hũ Sargento, e Sold^{os} ..."

Prossegue depois a longa narrativa, referindo-se a factos ocorridos nos anos anteriores, desde 1717, anno da chegada conjunta a Luanda do Físico-Mor e do Governador, vindos no mesmo navio.

Dentro do seu estilo, o suplicante expõe os assuntos mais por ordem da sua actualidade e importância, sem descurar contudo a ordem cronológica. Assim, não é de admirar aqui e ali alguma ausência de preocupação em servir a ordem cronológica do relato circunstanciado, para tão somente se impor a atenção a determinados acontecimentos verificados nos anos anteriores.

Teria esse documento assinado sido escrito depois da petição dos moradores? Analisemo-lo nos informes cronológicos.

Embora bastante houvesse já sofrido o Físico-Mor nos anos anteriores, succedeu o primeiro facto muito grave, dos desenrolados em 1721, ocorrer precisamente durante a Semana Santa desse anno, mais rigorosamente ao meio dia de Quarta-Feira de Trevas. Ora tal dia calhou a 9 de abril de 1721. Lá para o fim do documento pode ler-se:

"Em ponderação do referido atendendo ao m^{to} sofrimento constancia e leald^e do sup^e, e tres mortez continuaz e afrontozas, m^{tas} vezes padecidas em o Real Serviço, sem recurso algum, em hum porto fechado, e ficar o sup^e prezo th^e o prezente h^e outo mezes, e nas mais prizoins seis, impedindo o d^o Governador e seus perçiais poderosos dar o Sup^e conta a V^a Magde do q^{ue} Realmente obrão tanto os seus parentez tomandolhe az

cartaz q̄ envia, como em as mandar tirar a bordo dos Navios em a barra do porto desta cidē não só p̄a execução de suaz viganças mas p̄a q̄ V̄a Magde não seja sabedor dellas; que conforme a Ley de V̄a Magde em q̄l q̄r injuria atros o suplicio da penna de morte; he a vontē do julgador; e V̄a Magde he Legislador e Sñor das leys daz honrras dos vaçallos conforme consta do ttº Segº de Injurias.”

Ora confessando-se o suplicante prisioneiro havia 8 meses, rigorosamente a sevícia de Quarta-Feira de Trevas fazia 8 meses a 9 de Dezembro.

Falando de uma maneira geral, os tais 8 meses podem exprimir por excesso todo aquele tempo até fins de dezembro de 1721, e ainda com exagero até aos primeiros dias de janeiro de 1722, já que só a 9 de janeiro de 1722 faziam rigorosamente 9 meses os incidentes de Quarta-Feira de Trevas. Mas também os ditos 8 meses podem exprimir por defeito todo o tempo decorrido desde Quarta-Feira de Trevas até qualquer data posterior a 9 de novembro de 1721, data da passagem dos 7 meses sobre os referidos acontecimentos. Com efeito, tendo tido lugar estes acontecimentos em um dos primeiros dias do mês de abril (9), a 9 de novembro ocorria a passagem de 7 meses sobre a Quarta-Feira de Trevas, entrando-se então no oitavo mês. Assim em fins de novembro e vésperas do oitavo mês, o Físico-Mor pode muito bem ter-se referido à passagem de oito meses sobre a era da sua prisão, pois que de abril a novembro os meses são 8.

Noutra parte, na segunda página do documento em questão, o Físico-Mor Tomé Aboim foca aspectos das brutalidades usadas aquando da sua prisão, de que responsabilizava as principais autoridades, “fazendosse elle Governador, Ouvidor gal e seus perçiais, juizes e ptes do sup̄e vay em Sinco annos, perseguindo= o por todos os Caminhos, quoantos a crueldē astuciozamente pode inventar; destes cazos remeteo o Sup̄e tres Certidoens a V̄a Magde plº Capellão do Navio de Macáu do proprio sangue”. Tomé Aboim não afirma peremptoriamente que havia já feito 5 anos sobre o início da primeira perseguição que lhe moveu o Governador. Mas afirma claramente que se caminhava para cinco anos desde que ele sofrera os primeiros desagradáveis incidentes, isto é desde o seu primeiro contacto com o Governador. É o próprio Físico-Mor que afirma ter embarcado com o Governador no mesmo barco em 1717, e aí mesmo nascer a grande inimizade entre ambos.

No fim da sexta página e começo da sétima página pode ler-se:

“Queixasse o Sup̄e que vindo embarcado com o Gof anno de 1717 fazendo a obrigação recomendada por V̄a Magde qdº lhe beijou elle Sup̄e a mão aSestindo a Infanteria, procurando camas aos doentes, e o mais preçizo, evitando fazersse Limonadas da regallada botica de V̄a Magde,

o Governador com o seu poder e mandantes do Navio lhe empedirão fazer sua obrigação |prendendo= o de golhilha dois dias, e coatro mezes na coberta debaicho, onde o descompoz muitas vezes de bebado, e doudo que athe ordenou aos criados o fossem discompor az prizois, o que fizerão toda a viagem sem mais cauza, que o Sup̄e dizer vinha aly p̄a servir a Ds e a V̄a Magde ...”

Henrique de Figueiredo e Alarcão fora nomeado governador em 11 de fevereiro de 1716, recebendo patente 8 meses depois, a 11 de outubro de 1716. Como tomou posse do governo em Luanda a 15 de junho de 1717 e, segundo o médico Tomé Aboim que com ele viajou, a viagem durou um pouco mais de 4 meses (princípio da 7ª página do primeiro documento), é provável que ambos tenham saído de Lisboa em fevereiro de 1717.

Como foi logo nos princípios da viagem que se verificou o primeiro incidente entre ambos, também só em fevereiro de 1722 é que passariam rigorosamente 5 anos sobre o início dessa malquerença.

Ora o licenciado Tomé Guerreiro Camacho e Aboim pode afirmar à vontade que se encaminhava para os 5 anos o tempo que já durava a inimizade do Governador, pois que o quarto aniversário do estabelecimento dessa inimizade passara havia já vários meses. E não é inverossímil que o fizesse em novembro de 1721, quando haviam já passado 9 meses sobre o tal quarto aniversário, ou seja a escassos 3 meses do quinto aniversário do começo da fatídica viagem de ambos os altos funcionários.

Na passagem seguinte do texto acerca das dificuldades impostas ao exercício da profissão clínica, o Físico-Mor afirma que “por esta cauza hã sinco annos que não hã vezita do Cabeça de Saude, nem de botica, e Navios; estando levando os boticarios e Surgioins parçiais do Gof duzentos, e trezentos por sento, que tudo o Gof conçente e a demetio a ouvidor gal, sem querer ouvir requerimento algum do Sup̄e com justª, nem o deichou entrar em palácio empedindo-lhe desta sorte os recursos todos, e de todos a estimação.”

É evidente que tempos antes da tomada de posse do novo Governador, a situação médico-assistencial encontrada por Henrique de Figueiredo e Alarcão não estava resolvida, antes pelo contrário, encontrando-se por solucionar devidamente. O ano 1717 é um ano crítico para a assistência médica no reino português de Angola. As esperanças locais residiam propriamente na chegada do novo Governador que desembarcaria acompanhado dos mais necessários funcionários militares e civis, nomeadamente o responsável pela assistência clínica.

Os cinco anos de crise no respectivo sector, postos em cheque pelo Físico-Mor, deverão abranger 1717 e os anos que se seguiram evidentemente até 1721, muito embora pese a quem veja exactidão cronológica na maneira de contar do Físico-Mor, segundo a qual cinco anos só eram feitos em junho de 1722, no quinto aniversário da chegada e tomada de posse do Governador Henrique de Figueiredo e Alarcão; ou então em fevereiro de 1722 no quinto aniversário do embarque do Governador e do Físico-Mor para Angola.

É certo que no início do primeiro documento, o assinado pelo Físico-Mor, este se refere com menção do ano à Quarta-Feira de Trevas de 1721, dando a possibilidade de se pensar que ele estivesse a narrar os acontecimentos de tal data no ano imediato, embora o Físico-Mor não expressasse o ano 1721 como sendo um ano passado. Contudo é fácil demonstrar que foi mesmo em 1721 que o Físico-Mor Tomé Guerreiro Camacho e Aboim escreveu o referido documento.

Com efeito, após o relato circunstanciado e mais ou menos datado ou cronologicamente referenciado, em que nenhum acontecimento aparece expressamente citado como tendo decorrido em 1722, sucede haver no final da sétima página nova alusão aos incidentes sofridos pelo Físico-Mor na Semana Santa, com omissão do ano. Não há pois dúvidas de que os acontecimentos são os mesmos, são os decorridos na Semana Santa de 1721. Em ambos os casos e especialmente naquele em que faz menção do ano, o Físico-Mor nunca menciona 1721 como sendo um ano passado.

As três primeiras páginas desse documento relatam uma série de acontecimentos contemporâneos dos incidentes decorridos na Semana Santa de 1721 e naturalmente posteriores a essa data.

Na quarta página, o suplicante ao recordar-se de outros factos passados anteriormente e decidindo dar conta deles, faz queixa da tentativa de difamação que lhe moveram em 1719 o Ouvidor Geral e os Senadores desse ano; completa o assunto aludindo ao propósito oficial de se colectarem fundos para se mandar vir outro médico em sua substituição, propósito esse que não encontrou eco nos meios eclesiásticos.

Na quinta página, Tomé Guerreiro Camacho e Aboim relata como o Ouvidor-Geral tentou sem êxito conseguir que o Senado da Câmara do ano 1720 expulsasse de Angola o Físico-Mor, que continuou a residir em Luanda, já que os Senadores lhe não reconheceram culpas que motivassem tal acção.

Como complemento dessa informação, o Físico-Mor dá mais notícias sobre as difamações a que esteve a seguir sujeito, bem como outras

perseguições que coroaram com a sua prisão em abril (parte final deste mês) e que durou até ao fim de Maio.

No início dessa prisão em que foi preso por oficiais subalternos que o lançaram na cadeia pública, conta Tomé Aboim, "depois o mandarão p^{lo} Ajudante Antonio de Crasto correr as ruas publicas a vergonha, dois dias, no fim dos quoaes o remeterão prezo p^a a ponta da Ilha tres Legoa desta Cid^e paçando o d^o G^o uma portaria em nome de V^a Mag^de p^a se devassar do Sup^e emquanto estava prezo, que foy todo o mês de Mayo e p^te de Abril, ..."

O Físico-Mor prossegue focando no panorama médico as medidas que ele considera infelizes e que as autoridades nesse tempo tomaram, a despeito da epidemia de febres malignas que originaram a morte de mais de cem pessoas sem assistência alguma.

Claro que não pode haver confusão de datas. O teor destes acontecimentos passados no mês de abril de 1720 é independente do relato dos factos com que o Físico-Mor inicia a sua carta a El Rei de Portugal, e que ocorreram em abril de 1721, ano em que presumivelmente o Autor a escreveu.

Na sexta página, as informações ainda sobre factos desenrolados em 1720 versam já o segundo semestre deste ano.

Tomé Aboim relata o que foi a assoada seguida de correria e apedrejamento com que o mimosearam em fins de julho, mais propriamente em dia de Santa Ana (festa móvel calhada em 28 de julho). Queixa-se ainda, além dos vários considerandos que faz, do ambiente médico resultante da escandalosa introdução, como profissional clínico, de um castelhano tido por pedante e incompetente, e da promoção a capitão, tida por injustificada, que o Governador fizera a um boticário.

No fim dessa mesma sexta página, Tomé Aboim inicia o relato do que foi o começo de toda a inimizade que lhe dedicou o Governador, quando ambos tomaram o mesmo barco em 1717 (cerca de fevereiro, conforme vimos já), relato esse que prossegue até meio da sétima página.

Na metade inferior da sétima página, além do Governador, do Ouvidor Geral e do Presidente da Câmara, Tomé Aboim queixa-se dos Senadores dos anos 1718, 1719 e 1720, que procederam em contrário às ordens dimanadas pelo Rei de Portugal que, sabedor do mau estado das relações pessoais entre as principais autoridades e o Físico-Mor, ordenara que com este não contendessem. Tomé Aboim, ao focar o que foi o agravamento das perseguições que sofreu, recenseia o número de prisões, tentativas de

morte, assoadas e outras injúrias a que se submeteu até à altura em que escreve os três documentos em estudo.

É precisamente esta parte do relato que finaliza a sétima página entrando pela oitava adentro, que contém a prova cronológica esmagadora das dúvidas de quem se sentir possuído ao ler no princípio do texto a menção do ano 1721 no relato dos incidentes de Quarta-Feira de Trevas.

Tomé Aboim ao sintetizar todos esses graves padecimentos refere-se à tentativa de morte que contra ele praticaram durante a Semana Santa, sem especificar o ano mas tão somente a dita Semana Santa, o que à vontade se pode concluir como pertencente esta ao ano em que ele escrevia o seu documento, ou seja 1721.

Prossegue o relato de todo aquele mal-estar ocupando a oitava página, voltando a referir-se à actuação dos Provedores da Casa da Misericórdia e Senadores dos anos citados, ou seja 1718, 1719 e 1720, bem como das outras já citadas autoridades.

Finalmente entra-se na nona e última página em que o suplicante, apresentando um estado de espírito imposto pela dor física e moral que tem sofrido, se prepara para rematar a sua petição com a sugestão da medida de justiça que a El Rei de Portugal se impunha tomar. Antes porém tem interesse registar a confissão do Autor em que ele se afirma prisioneiro naquele porto fechado há 8 meses, passo este já anteriormente ventilado e relativamente ao qual nos encontramos com mais segurança para concluir tratar-se o tal oitavo mês, do mês novembro de 1721, a data provável em que terão sido redigidos os três documentos em estudo.

Fizemos aqui uma análise cronológica ao documento assinado por Tomé Guerreiro Camacho e Aboim, documento esse merecedor aliás de melhor análise crítica que foge ao âmbito deste nosso trabalho.

Como prova moral, apenas como prova moral da cronologia do documento assinado por Tomé Aboim, temos a coexistência dos três documentos citados, escritos na mesma época (ou seja na mesma ocasião tal como temos estado a provar), do mesmo punho e sob o mesmo estado de espírito em que a exaltação literária se inspirou na revolta que os tristes acontecimentos e o ambiente social provocaram na mente daquele intelectual, sempre tão bem informado e não apenas nos factos de que foi testemunha ou infeliz protagonista, mas também do conteúdo histórico dos acontecimentos então passados em todas aquelas paragens onde se esforçava por se firmar a presença portuguesa.

Continuemos pois a manter que tem jus a cronologia lógica dos referidos documentos tal como apresentamos. Assim, o primeiro dos docu-

mentos a ser escrito é aquele em que o Físico-Mor se queixa a El-Rei de Portugal dos seus particulares padecimentos, servindo de complemento os outros dois — não assinados e redigidos como se representassem a opinião da voz pública — para testemunhar ao governo de Sua Magestade a validade das queixas, acusações e sugestões contidas no documento assinado por Tomé Aboim, e corroborar o pedido deste para que justiça fosse feita com a remoção dos lugares públicos dos principais responsáveis pelo mau ambiente social que então atravessava o reino português de Angola. Já que o tempo que medeou a redacção dos três documentos foi escasso, podemos tomar a data 30 de novembro de 1721 como aquela em que o médico Tomé Guerreiro Camacho e Aboim acabou de redigir o conjunto desses três documentos.

O médico Tomé Guerreiro Camacho e Aboim arrastou pesado fardo ao longo da sua vida, como se mão invisível lhe houvera ferreteado o signo do mau fado. No tempo do Governador Paulo Caetano de Albuquerque (1726-1732), Tomé Aboim foi acusado de muita coisa má em matéria de negligências médicas, acabando para cúmulo da desgraça por ficar preso sob a alçada do Santo Offício, até que, por ordem do Bispo D. Fr. Manuel de Santa Catarina, foi depois deportado para o presídio de Cambambe, para onde partiu a 20 de fevereiro de 1727.

(Sobre este assunto, ver no Arquivo Histórico Ultramarino, de Lisboa, caixas de Angola, nomeadamente o offício para o Reino de Portugal do Governador Paulo Caetano de Albuquerque, de 3 de abril de 1727 (caixa 17). Ver também na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra o Manuscrito 1505, Papel 13, 3ª página.)

A Data da Morte de D. Verónica I

Nos documentos da época que nos arquivos portugueses compulsámos, não conseguimos lóbrigar qualquer documento que se referisse à morte da Rainha Jinga D. Verónica I. Só por interpolação conseguiremos determinar a época aproximada em que ocorreu tal acontecimento histórico. O conjunto dos documentos escritos em Luanda pelo Físico-Mor Tomé Guerreiro Camacho e Aboim em fins de novembro de 1721 vem auxiliar-nos nessa tarefa, já que eles são da época de vida de D. Verónica Guterres e a ela se referindo um deles.

É precisamente o segundo documento do Físico-Mor que vem ser-

vir de grande ajuda para a resolução do problema que nos propusemos iluminar. Nele o seu Autor fala-nos de uma possibilidade de confederação entre as forças da Rainha Jinga e as do Dembo de Ambwila, confederação essa que poderia dirigir-se contra o exército português então necessitado de reorganização.

Em tal documento o Físico-Mor critica o governo de Henrique de Figueiredo e Alarcão (15 de julho de 1717 a 19 de março de 1722), analisando os diversos acontecimentos ocorridos desde o Lwangu até Caconda, no Reino de Benguela.

Por este documento se vê claramente que o médico Tomé Aboim tinha conhecimento de ser o Reino de Jinga governado ainda por uma Rainha. Melhor, quando ele escrevia sobre o Estado Jinga, não tinha ainda ouvido falar na morte da Rainha Jinga ou na existência de um Rei Jinga.

Pela natureza do referido documento se vê claramente também que o Físico-Mor Tomé Aboim conhecia a fundo os problemas então arrostados pelos Portugueses na sua penetração pelo sertão angolês, e por conseguinte quais os intervenientes e os sucessos ocorridos na aposição de obstáculos a essa mesma penetração. Além disso, quando se arreceia da coligação jinga-ambwila, pensa exactamente estar o Estado Jinga sob o governo da Rainha que então dominava aqueles sertões desde largo tempo. Ao referir-se à Rainha Jinga como sendo um dos principais opositores africanos à política expansionista europeia de então, precisamente naquela ocasião em que reformas e reapetrechamentos eram necessários às forças portuguesas, o Autor desse documento, pessoa culta de vida social fecunda que lhe proporcionava informações de toda a espécie, como qualquer pessoa em Luanda a quem não escapavam os importantes acontecimentos sertanejos, mesmo embora os não gravasse no papel, jamais poderia pensar estarem na altura as forças jingas sob o poder de outro monarca.

Poderia ter acontecido haver a Rainha D. Verónica falecido um pouco antes da data em que foi escrito o documento referenciado com a data 30 de novembro de 1721, e tal notícia não ter tido tempo para se firmar no conhecimento das pessoas que em Luanda se interessavam pelas coisas do sertão. Nesse caso o desconhecimento que o autor do dito documento possuísse em relação a tal notícia obriga-nos a provocar mais uma ilação.

O Físico-Mor, culto servidor da república, tinha conhecimento de que o Estado situado para leste era governado havia já muito tempo por uma Rainha Jinga. A presença social dessa Rainha poderia manifestar-se até um pouco depois da sua morte no espírito daquele autor, na medida em que este pensasse ser ela ainda a chefe das forças angolêsas que poderiam

coligar-se com as do Dembo de Ambwila. Tal presença inscrita no documento e ultrapassando o hipotético limite da vida da soberana, só poderia levar-nos a concluir que a sua morte não poderia ter sido efectivada muito antes, isto é em data muito anterior a novembro de 1721. Mas terá tal acontecido realmente?

De qualquer modo o fim do mês de novembro de 1721 constitui uma marca cronológica à volta da qual devem adejar os últimos tempos de vida da Rainha D. Verónica I.

A realidade informativa do documento atrás citado, insculpindo na nossa mente a existência física de D. Verónica governando ainda o Reino de Jinga, sugere mesmo o fim da sua vida por essa era, até um pouco além do fim de Novembro de 1721.

É portanto fundamental para o nosso problema a existência desse conjunto de documentos que afirmam a presença da Rainha Jinga, ou seja D. Verónica Guterres I, à testa das forças que juntamente com as do Dembo de Ambwila, tentavam impedir as incursões bélicas dos invasores, precisamente naquela altura.

Assim, por voltas de novembro de 1721 D. Verónica I estava ainda viva, empunhando o poder de um povo que não desdenhava alianças que servissem à sua sobrevivência.

Daí por diante é difícil a determinação cronológica rigorosa, que não pode ser suprida pelos documentos que compulsámos nós diversos Arquivos portugueses, especialmente o Arquivo Histórico Ultramarino, de Lisboa, onde por largo período se não vê nas caixas de Angola qualquer alusão à Rainha Jinga D. Verónica I ou ao seu sucessor Rei D. Afonso I. Apenas a Relação de Fr. Giuseppe da Módena pode atenuar quanto possível a inferente indeterminação.

Se em novembro de 1721 D. Verónica estava ainda viva, Monari não podia nunca ter sido testemunha ou contemporâneo in loco da sua morte, pois que mais de um ano antes, em maio de 1720 deixara Luanda a caminho de Lisboa.

Em novembro de 1721 Monari estava já em Lisboa, onde chegara a 20 de agosto desse ano.

Tendo escrito ou acabado de escrever a sua Relação nessa cidade em 1722, só por informação colhida é que poderia referir-se à morte de D. Verónica e consequente existência de um novo Rei à testa do Estado de Jinga.

Tentemos apertar a malha do tempo. Assentemos em que D. Verónica I estava ainda viva em fins de Novembro de 1721 mas já não existia na altura em que foi redigida a Relação de crítica missionária.

Relembremos que os documentos já referidos, originados pela Relação de Monari têm as seguintes datas: o do Bispo D. Luís Simões Brandão é de 23 de maio de 1722; o do Secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real para o Bispo D. Fr. Manuel de Santa Catarina é de 30 de maio de 1722. Contudo a carta contendo matéria análoga à da Relação das Missões e que Monari enviou à Santa Sé é datada de 29 de março de 1722. Ignoramos se a Relação em estudo é de confecção anterior ou posterior a esta carta. De certeza é de data aproximada, escrita ou melhor terminada, como vimos já, entre março e maio de 1722.

É pois provável que em Março de 1722 a Rainha D. Verónica já não existisse. Assim, a data da sua morte ocorreu entre o fim de novembro de 1721 e 29 de março de 1722.

É provável que a morte de D. Verónica I tenha decorrido lá para fins de 1721, mas nunca após o advento de 1722. Com efeito, as novas de Angola levariam ainda algum tempo, vários dias pelo menos, a chegar a Luanda, e cerca de três meses a chegar a Lisboa, mas ainda a tempo de Monari incluir, na sua crítica ao estado missionário em Jinga, a existência de novo Rei de Angola a seguir à morte da Rainha D. Verónica, o qual seguindo a política religiosa da sua antecessora, encarava também com simpatia a presença de missionários no seio do seu povo.

Assim, falecendo provavelmente em princípios de dezembro de 1721, D. Verónica não veria o seu longo governo entrar no novo ano de 1722. A notícia da sua morte, sim, é que levou ainda algum tempo a chegar a Lisboa até ao conhecimento da única personalidade que no-la negou.

Tendo tomado posse do seu governo em setembro de 1681, a Rainha Jinga D. Verónica I terá governado cerca de 40 anos.

A sua morte não terá sido violenta. Monari nem sequer nos dá indícios de tal. Já idosa, septuagenária, gasta pelos prazeres a que tinha direito uma pessoa da sua posição social, e pelas atribulações por que passara ao ver ameaçada a integridade do seu Reino, Verónica ia dando aos seus filhos os últimos conselhos de resistência e de sobrevivência, perante os representantes de outras civilizações que apareciam a assediar as suas fronteiras.

D. Verónica deve ter passado em revista as suas vitórias, as alegrias das suas gentes, e também as suas dificuldades, os seus piores momentos de governante, as suas derrotas perante a externa imposição de potência bélica superior. Deve ter sentido satisfação ao lembrar as batucadas nocturnas que tornavam feliz o povo que durante o dia havia colhido o seu sustento. Deve ter chorado quando a fome e a doença se encarregavam de fazer

exterminações no seu povo, sem que houvesse quem rapidamente as debelasse.

Serenamente, aguardava também a hora em que deixasse de existir, mas partiria com uma satisfação: deixaria as coisas dispostas de modo a que o seu povo não tivesse problemas de sucessão. Seu filho, D. Afonso, esse outro Ngola Kanini que lhe sucederia, aprendera a viver os últimos anos de paz com que Verónica doara ao Reino. Dizia-lhe o coração que ele seria por índole um Rei justo e amigo do seu povo.

No dia em que os pongas e atabales terão ressoado com solenidade lugubre anunciando a sua morte, todo o povo terá também chorado, em derradeira homenagem àquela que sabiamente o governara durante 4 décadas.

A notícia do infausto acontecimento atravessou as fronteiras onde os povos vizinhos que viam nela o baluarte da sua defesa, se interrogavam quanto ao futuro e prestavam também um último pensamento para aquela que durante muito tempo havia conduzido as rédeas de um povo cioso da sua personalidade.

E o som dos atabales foi-se perdendo na imensidão da floresta.

A Rainha estava morta. Outro Rei vivia para prosseguir a sua missão.

Outro Manuscrito de Monari

I

Não podíamos dar publicidade ao nosso trabalho sobre a determinação da data da morte da Rainha Jinga D. Verónica I sem lermos primeiro o Manuscrito de Fr. Giuseppe Monari da Módena sobre as suas viagens por terras do Congo, Angola e Brasil, de cuja existência tínhamos conhecimento, e onde talvez pudéssemos extrair mais algum informe que nos elucidasse quanto à provável data da morte de D. Verónica, quer para confirmar ou para refutar as nossas anteriores conclusões.

Sabíamos ter sido tal Manuscrito publicado por GATTI no seu livro "Sulle Terre e sui mari" que não encontramos em nenhuma das bibliotecas públicas que frequentávamos.

Algum tempo depois de concluirmos o referido trabalho nosso, tivemos a felicidade de gozar o favor de mão caridosa que nos proporcionou a leitura de um exemplar daquela obra, a última fonte que necessitávamos de consultar antes de pensarmos em publicar o nosso trabalho.

Assim pudemos ler a segunda edição de GATTI, publicada em Parma em 1931, donde respingamos mais algumas informações sobre a vida e a obra de Monari que interessam para o nosso estudo.

Fr. Giuseppe da Módena, mais conhecido por Monari, seu apelido civil, pelos historiógrafos europeus, além da Relação de crítica às missões publicada em MANSO, Visconde de Paiva, "Historia do Congo", escreveu uma carta sobre o mesmo assunto para a Santa Sé, e também o seu volumoso manuscrito sobre as viagens que fez no Congo, em Angola e no Brasil. Encontra-se este manuscrito na Coleção dos livros raros da Biblioteca Estense, em Módena, sob a indicação Alfa N. 9-7. Este manuscrito está datado na carta dedicatória de Luanda, aos 3 de novembro de 1723.

O primeiro a escrever sobre Monari foi Ercole Sola: "Fra Giuseppe da Modena e il suo manoscritto inedito di viaggi al Congo", in Studi Letterari e morali e Atti Acc. di S. Tommaso, T. I, pg. 215, Modena 1886.

Gatti em italiano hodierno reproduz com notas e crítica o manuscrito referido, ilustrando-o com gravuras extraídas das obras de CAVAZZI, FERRARIO ("Il costume antico e Moderno" in Africa, vol. 3, Firenze, 1825, por Vincenzo Battelli), HENRION (Lettere edificanti) e do CARDEAL MASSAIA.

Em 1710, Monari que chegara a ser destinado para ir pregar na missão capuchinha da Geórgia, pensou escolher o Congo, sob o conselho do P. Gio-Francesco da Lucca, pedindo assim aos superiores que lhe dessem uma missão. Só conseguiu ser incluído na lista dos que iriam partir para o Congo por exclusão de dois ou três padres devido a indisposição física.

Examinada a sua idoneidade em Lucca a 2 de outubro de 1711 pelo Cardeal Spada, este comunicou favoravelmente ao Cardeal Giuseppe Sacripanti, Prefeito da Congregação da Propaganda Fide, que fora quem havia mandado que se fizesse tal exame por ordem do Sumo Pontífice.

Em novembro de 1711 Monari dirigiu-se para Génova, onde se integraria na expedição missionária que incluía os seguintes capuchinhos: P. Lorenzo da Lucca, que ia como Prefeito, da província de Toscana; P. Bernardo da Gallo, da província de S. Ângelo; P. Gio. Francesco da Lucca, P. Angelo Felice da Parma, P. Giuseppe da Módena (Monari), P. Girolamo da Bologna, todos estes da província de Parma; P. Michelangelo dalle Noci, da província de Bari; P. Michelangelo da Frosolone, da província de S. Ângelo; Fra (Irmão) Mario da Castenedolo, da província de Brescia; e Fra Fedele da Bada (Alemão nascido em Baden), da província de Roma.

Não tomaram nesta expedição para a qual estavam indicados os Padres Giuseppe da Neglie, da província de Cosenza; Paolino da Morconne, da província de S. Ângelo; e Girolamo da Cesena, da província de Bologna.

De Génova partiam para África, sendo a viagem muito longa especialmente devido às grandes paragens que faziam. Assim estiveram 7 dias em Maiorca, um mês em Gibraltar, 22 dias em Cádiz, 2 meses e 26 dias em Lisboa donde partiam a 21 de setembro de 1712 para a costa africana; no Funchal estiveram ainda de 19 a 28 de outubro.

O barco que conduzia os missionários aportou a Benguela em 13 de fevereiro de 1713, largando a 17 e chegando finalmente a Luanda em 22 de fevereiro de 1713, onde se apresentaram na sede do hospício capuchinho.

Segundo Gatti, em 1713 apenas havia dois padres capuchinhos e dois laicos em Luanda, um no Bengo, um em Massangano e outro no Soyo (Congo).

Monari, juntamente com os Padres Tommaso da Conversano (que havia chegado a Luanda em 23 de abril de 1708) e Michelangelo dalle Noci e um irmão laico que era aliás um bom enfermeiro, foi destinado para o Soyo. Para Massangano iria o P. Gio. Francesco da Lucca, e para o Bengo, o P. Bonaventura da Moliterno.

Com os capuchinhos havia ido um anabaptista inglês chamado Vuil que se converteu ao catolicismo, tomando o hábito de terciário-franciscano e o nome de Irmão João. Este seguiu com o P. Gio. Francesco para Massangano na companhia do mercador português Pascoal da Mota que consigo levava muitos escravos. A meio do caminho, porém, Vuil foi assaltado e comido por um leão.

No mês seguinte o P. Bonaventura partia para o Bengo.

Monari só a 15 de julho de 1713 partia para o Soyo por via marítima, onde graças a bons ventos chegava a 20 de julho, sendo recebido no hospício de Pinda pelo P. Agostino da Bologna (que havia chegado a Luanda em 1705).

Monari pôs-se logo em contacto com os usos e costumes dos nativos, assistindo no dia 25 à festa de consagração ao apóstolo S. Tiago, em que houve provas de nsangamento, ou seja uma espécie de torneio medieval com lutas ginásticas, correrias e destreza no uso das armas, e em que houve o acto de bakulamento, em que os súbditos do Conde de Soyo prestavam a este a sua homenagem e o seu tributo.

Os principais personagens da província destacavam-se não só pelos respectivos séquitos mas pelo direito de portarem bandeira e umbela. A do Conde distinguia-se das demais por ser vermelha. Presentes aos festejos estavam não só a Condessa reinante, mas também a Condessa viúva (que era filha do Grão-Duque de Mbamba) a quem a primeira devia respeito dada a sua posição social.

A 10 de agosto de 1713 o P. Agostino da Bologna partia para Luanda. O Conde de Soyo D. Jerónimo da Silva (1708-1722-17...) aproveitou-o para seu embaixador junto do governo dos Portugueses, indo despedir-se pessoalmente do missionário tendo-lhe feito a oferta de vários regalos.

O Superior do hospício passara a ser Fr. Tommaso da Conversano. No dia 17 de setembro de 1713 realizou-se o casamento religioso de um filho do Conde, o qual foi celebrado por Fr. Michelangelo dalle Noci, em virtude de o Superior se haver ausentado.

No dia 10 de outubro falecia em Massangano o P. Gio. Francesco da Lucca, sendo a notícia sabida no Soyo muito mais tarde pelos trabalhadores congueses que haviam acompanhado o P. Agostino da Bologna a Luanda e haviam depois regressado a Mbanza Soyo, a capital do Soyo.

Por esse tempo Monari constatou o primeiro incidente de uma série que depois se seguiria durante todo o tempo da sua missionação, com o Conde de Soyo D. Jerónimo, que era considerado um mau católico por não debelar, quanto os padres queriam, todas as credices locais ainda existentes.

Assim, em certo dia roubaram um pacote a um dos criados do hospício, bem como um crucifixo de prata na Igreja da Senhora de Pinda (celebre por nela se haver baptizado o Conde D. Manuel I, o primeiro Conde de Soyo do tempo das Descobertas). Os anúncios dos padres para que fosse feita a sua restituição não sortiram efeito. No dia seguinte, o Conde pretendeu fazer aceitar como sacristão um moço seu, mas o P. Michelangelo dalle Noci recusou a oferta do Conde, primeiro por não ser hábito contratarem-se assim os sacristães, e segundo por não estar presente o Superior da missão. Dada a má vontade do religioso, o Conde não permitiu que alguém o servisse, acontecendo precisamente nessa altura aquele religioso necessitar de quatro carregadores para o transportarem a Pinda que ficava a meia légua dali. Michelangelo teve de viajar a pé. As coisas contudo vieram a sanar-se graças à intervenção de Monari.

A 23 de novembro de 1713, o Conde anunciou que ia orar à Igreja do Padrão, erigida em Pinda pelos capuchinhos em 1645 e dedicada a S. Salvador. Foi com grande séquito, mas parece que o acto religioso se revestiu de práticas católicas e pagãs. O Conde regressou depois a Mbanza Soyo no meio de grande alarido e fuzilaria de mosquetes. No seu Palácio dos Muros teve depois de receber a visita dos capuchinhos que lhe foram reprovar tal acto. Mal humorado e suspeitando de delacção dos maestros, ou seja dos intérpretes congueses às homilias católicas, ordenou a sua prisão. Os padres, contudo, graças a uma ameaça de excomunhão conseguiram libertá-los.

Em 1714 já depois das solenidades da Páscoa (calhada em 19 de abril de 1714) morreu o Rei de Ngoyo, que era católico mas insistira em viver com as suas concubinas. Dizia-se que deixara 400 filhos e 200 mulheres. O sucessor havia sido baptizado no Soyo, mas por falta de orientadores religiosos no seu país, caíra nos hábitos primitivos de viver também com muitas mulheres e de negociar escravos com os Europeus heréticos.

Um pouco antes do dia de Corpo de Deus (calhado em 31 de maio de 1714), chegou ao Soyo o Padre-Prefeito Lorenzo da Lucca, acompanhado dos Padres Michelangelo da Frosolone e Fedele da Bada, ficando assim sete missionários reunidos. A chegada do Prefeito foi feita em grande cerimónia com um cortejo em que tomavam parte todos os praticantes, empunhando os jovens estudantes bandeiras de papel branco que atestavam a sua própria qualidade de escolares. Esperava os visitantes junto da Igreja de S. Francisco o Conde D. Jerónimo que ao grito de "Singigá" (Viva a nossa fé), ordenou um nsangamento, em que tomou parte, em honra dos visitantes, como era de tradição.

Era intenção do Prefeito enviar o Superior Padre Tommaso da Conversano e o padre alemão Fedele da Bada ao ducado de Mbamba, terra onde havia 4 anos não ia lá qualquer missionário. Todavia em virtude de rivalidades existentes entre o Conde de Soyo e o Grão-Duque de Mbamba, aquele não via com bons olhos a decisão do Prefeito, pelo que propôs-se criar dificuldades à recolha de fundos a fazer pelos missionários. Por precaução os missionários decidiram fazer-se acompanhar apenas por carregadores seus, recusando assim a admissão de qualquer outro.

Por motivo de doença do Prefeito, o primeiro a seguir para Mbamba foi o P. Tommaso, que durante o caminho sofreu vexames de várias pessoas pertencentes a importantes feudatários do Conde, pelo que estes foram excomungados.

Tempos depois, o P. Michelangelo da Frosolone seguiu para S. Salvador do Congo, e o Prefeito Padre Lorenzo e o Irmão Fedele foram para Mbamba, levando guias que lhes demoravam muito a viagem, pois devendo passar por Kitombe, a 4 horas de caminho, antes de dois dias não tinham ainda lá chegado.

Em 24 de agosto de 1714, o Conde de Soyo convidou o capitão português Francisco Pereira a fazer-lhe uma visita. Havia 4 anos que este capitão se encontrava em Cabinda a preservá-la da influência comercial francesa, dada a guerra existente entre a França e Portugal (1699-1713) por causa da posse do sul do Amazonas, e que terminou com a renúncia francesa pelo Tratado de Utrecht. Ali na zona de Cabinda apenas houvera alguns recontros entre barcos franceses e portugueses.

O Conde de Soyo mantinha negócios de escravos com o capitão português que, por sua vez, os tinha com os Ngoyeses, Holandeses, Ingleses e mesmo Franceses a quem vendia os escravos que recebia do Soyo.

O Conde mantinha ainda negócios com um súbdito inglês a quem desde três meses antes da chegada do Prefeito permitiu instalar-se na libata Masoma, de Mpinda, fazendo base do seu negócio na senzala de António Etona (Etonna, no texto).

Na sua visita a Mbanza Soyo, o capitão Francisco Pereira foi recebido pelo Conde D. Jerónimo da Silva no Palácio dos Muros, e pelos missionários no seu hospício, onde aceitou o convite para aí ficar instalado. O Conde, despeitado com a atitude do capitão, pretendeu isolá-lo, fazendo, escandalizado, acusações de este haver recebido mulheres no próprio hospício dos padres.

O incidente com todos os agravos foi julgado pelos missionários; por indicação do P. Michelangelo dalle Noci resolveram interditar a igreja e excomungar o Conde e outros súbditos, o que se fez dentro dos prazos e trâmites usuais, em 10 de setembro de 1714.

Sentindo-se humilhado por tal acto, a 29 de setembro de 1714, o Conde, seguido dos seus, foi prostrar-se junto dos missionários para que lhe fosse levantada a excomunhão.

No meio dos bons conselhos, Monari exigiu-lhe uma confissão por escrito, que o Conde assinou, e pediu-lhe a restituição da cruz de prata roubada à igreja da Senhora de Mpinda, que Monari suspeitava estar de posse de D. Miguel da Silva, governador de Kyowa.

Após várias peripécias e mais um agravamento à excomunhão, só a 18 de novembro de 1714 foi o Conde absolvido. Essa medida, de resto, iria beneficiar a própria missão, já que por medo do Conde ninguém frequentava a igreja ou se baptizava.

A 15 de fevereiro de 1715, Monari fez uma viagem missionária num círculo de 24 milhas.

Mais tarde as questiúnculas havidas com o Conde prosseguiram.

A 9 de julho de 1715, o P. Michelangelo foi para Nzetu (Mugiettu), no Grão-Ducado de Mbamba, para onde tinham ido muitos cristãos que haviam fugido do regime do Soyo, com o fim de aí fundar uma missão.

Ao Congo chegaram entretanto mais seis novos missionários dentre os quais os P.P. Simpliciano da Borgia, Giuseppe da Torrano e Silvestro da Cassano, os três da província de Calábria. Além dos três citados faziam parte do grupo de missionários que haviam partido de Lisboa a 5 de Fevereiro de 1715: P. Saturnino da Napoli, da província de Napoli; P. Lorenzo da Onetta, um Luquês da província de Abruzzo; P. Angelo da Belve-

dere, da província de Cosenza; P. Gabriele da Vico, da província de S. Angelo; P. Bonaventura dalle Grotte, da província de Roma; P. Angelo Francesco da Carpi, da província de Parma; P. Carlo Giuseppe dalla Spezia, da província de Génova e que em 1727 foi eleito Prefeito da missão em Pernambuco; Fra Adamo da Chiozza, da província de Venezia; e Fra Valentino da Bologna, da província de Bologna.

Em julho de 1715, o Conde de Soyo adoeceu, supondo-se na altura que gravemente. Logo se puseram em pé de guerra a fim de conquistarem o direito de sucessão muitos fidalgos e guerreiros, especialmente de Mbanza Soyo contra os pretendentes de qualquer outra povoação. A fim de preservar a sua própria vida, o Conde fez-se transportar para a casa do seu irmão que era o capitão-general do exército. Sentindo-se depois melhor, D. Jerónimo regressou dias depois ao Palácio donde mandou anunciar que estava bem vivo e que mandaria castigar os tais fidalgos sediciosos.

Assim, a 20 de julho de 1715, o Conde fez castigar alguns deles, sequestrando-lhes os bens e queimando-lhes as casas, embora eles se defendessem dizendo que não lhes deveria ser imputado qualquer crime, pois que era costume do país os fidalgos darem provas de haverem tomado parte em guerras a fim de conseguirem o direito de eleição.

O Conde de Soyo aproveitou a ocasião para se vingar nos "maestros" católicos, mandando prender o "maestro" e o "ajudante" de Monari, cuja rebelião fora confirmada por outros. Em virtude da desordem o povo pretendeu justicá-los, mas eles foram encerrados na casa do capitão-general. Monari interveio em favor deles, tendo aliás as negociações com o Conde prosseguido a bom termo. Monari escrevera até uma carta ao Conde sobre o assunto.

Em contraste com as dificuldades que Monari passava no Soyo, o P. Michelangelo dalle Noci era muito bem recebido pelo povo em Nzetu, tendo tido uma grata recordação dessa recepção, onde até lhe chamavam "tata" (pai).

A 17 de setembro de 1715 Monari abraça os missionários Torrano e Cassano vindos numa nave inglesa. Mal o Conde soube do seu desembarque em Mpinda, enviou-lhes o Capitão dos Muros para lhes comunicar que ele não queria mais missionários no Soyo, a menos que lhe concedessem certos direitos ao Evangelho durante os actos litúrgicos. Os Padres mui prudentemente responderam-lhe que apenas estavam ali como forasteiros.

Giuseppe da Torrano e Silvestro da Cassano trouxeram a notícia da morte do P. Girolamo da Bologna ocorrida em Luanda a 27 de agosto de 1715, bem como a notícia da nomeação de Monari para Superior da missão, apesar de que ele já havia escrito para Luanda escusando-se de tal cargo.

O Conde de Soyo convidou os dois missionários forasteiros a irem à corte. Monari que entendia que eles é que deveriam receber primeiro a visita do Conde, foi ao Palácio dos Muros falar sobre o assunto com D. Jerónimo, mas sem qualquer resultado, pois que o Conde permanecia na sua. Contrafeito, Monari foi despedido embora com cortesia. A convocatória mantinha-se sob o pretexto de que D. Jerónimo estava doente das pernas e não podia deslocar-se.

A luta entre Monari e o Conde de Soyo prosseguia surdamente. Monari, ciente de que o Conde não visitaria o hospício, enviou-lhe uma carta em que referindo-se cortêsmente à enfermidade que impedia o Conde de deslocar-se ao hospício, lhe pedia que uma força do exército fosse ao hospício prestar honras militares aos missionários e à Igreja.

À espera de resposta e suportando mal o clima adoeceram os padres recém-vindos.

Pouco depois, veio morrer a Mpinda o contramestre de uma nave portuguesa chamado João Poderoso, tendo-lhe sido dada sepultura cristã no interior da igreja, contra a proibição do Conde, que entrevia nesse acto mais uma dedada de Monari contra a sua política e a sua pessoa, não se fazendo pois esperar a resposta. Uma força de 400 homens comandada pelo Mani Mbanza foi à igreja exumar o cadáver do contramestre.

Monari escreveu ao Conde reverberando tal atitude. O Conde prometeu que lhe responderia. Entretanto como o tempo decorresse sem qualquer resposta do Conde, Monari no dia seguinte foi ao Palácio pedir-lhe audiência que lhe foi concedida. Monari protestou contra os actos cometidos contra a igreja explicando ao Conde tudo quanto se passara e pedindo-lhe providências ou rectificação ao sucedido. D. Jerónimo garantiu-lhe desconhecer os pormenores da ocorrência, fora portanto da sua alçada, mas afirmou-lhe ter jus a proibição de enterramentos na igreja, tanto mais que os Portugueses haviam comprado em Mpinda um terreno para seu cemitério.

Segundo carta do P. Michelangelo dalle Noci recebida por Monari, as coisas em Mbamba não corriam de feição. Aquando do abandono da missão de Mbamba, ficou lá um padre que procedia com erros ou irregularidades sobre as coisas da religião. Tal padre, que permitia ao Grão-Duque certas liberdades em plena missa e que haviam já sido abolidas, talvez o tivesse influenciado a não permitir a erecção da missão capuchinha em Nzetu.

No Soyo, conhecida a liberdade religiosa do Grão-Duque, o Conde aceitou um padre negro que, devido a conduta pouco exemplar deixara de ser capelão de um barco português. Tal padre durante a missa dava a beijar ao Conde o Evangelho, a patena, o cálice e o pluvial. O Conde separava-se assim do contacto religioso com os capuchinhos, acirrando ainda mais o ânimo de Monari.

Um capitão português aí chegado, suspeitando ou avisado de que ia ser esbulhado pelo Conde quando por este foi convidado a ir ao Palácio, conseguiu escapar-se apenas lhe deixando uma carta de despedida. Monari uma vez mais foi acusado de haver interferido no caso, pelo que os seus ajudantes negros foram presos, ao mesmo tempo que era lançada a proibição de os trabalhadores congueses irem trabalhar para o hospício e para a igreja que estavam aliás necessitados de obras.

O Conde achava que o problema religioso do Soyo só tinha solução com a substituição de Fr. Giuseppe da Módena como Superior da missão. Assim, no dia 22 de janeiro de 1716, em acto solene, o Conde fez reunir no Palácio dos Muros toda a corte, com cadeira, umbela, bandeira, tambor etc., e convocou à sua presença o Superior da missão. Monari apresentou-se com os outros padres, prevendo o que ia acontecer.

Em público, D. Jerónimo disse que queria falar com o Superior. Monari disse de suas razões por meio de um papel que escrevera em Português e que um "maestro" traduzia. O Conde afirmou-lhe a vontade de o afastar do Soyo, mas gostaria que fosse o próprio missionário a ir a Luanda a fim de tratar de assuntos religiosos, como a questão do Evangelho, para o que estavam carregadores já aprestados à sua ordem. Monari replicou que estava ali não à conta do Conde, mas que só obedecia ao Prefeito.

A presença de Monari no Soyo atingira assim o seu termo. Monari escrevera ao Prefeito contando o sucedido. Este respondera-lhe aconselhando-o a embarcar na primeira sumaca do Governador de Luanda que por ali passasse. Contudo, devido a excomunhão, no dia 22 de janeiro de 1716 o Conde de Soyo D. Jerónimo da Silva deu ordem de expulsão a Fr. Giuseppe da Módena. A sua resistência de nada valera. Monari regressou a Luanda por terra, abandonando o Congo onde havia estado dois anos e meio.

Mais tarde, no dia 1 de janeiro de 1717, Giuseppe da Torrano, que ficara como Superior, partia também para Luanda, deixando ficar o cargo ao P. Silvestro da Cassano que abandonaria o Congo em 1722 no meio de idênticas dificuldades.

Em junho de 1716, por voltas da festa de Santo António, morreu em Massangano o P. Angelo Felice da Parma, tendo sido Monari destacado para a missão de Massangano.

Monari subiu o Rio Kwanza em companhia do Padre-Prefeito Lorenzo da Lucca, chegando a Massangano ao fim de cinco dias, no dia 19 de Agosto de 1716. No dia 12 de agosto o Prefeito regressou a Luanda, deixando-o com a patente de Superior e Comissário do Santo Offício.

Massangano ficava perto dos Reinos de Jinga, das Pedras (de Mpungu a Ndongo), de Kasanji e de Benguela. De todos eles Monari tinha conhe-

cimento quanto à índole das gentes que os constituíam e aos costumes respectivos. Nesse ano, sabia da existência da Rainha D. Verónica governando o Reino de Jinga.

Em 19 de Setembro de 1716, chegava a Massangano o Irmão Adamo da Chiozza, da província de Venezia, muito versado em medicina.

Causticado com a idolatria das gentes primitivas, Monari mandou prender todos os feiticeiros pelo capitão-mor português Luís Baptista Tomás. Ao pretender desbravar aquelas gentes do paganismo que as enfermava, Monari teve vários incidentes com feiticeiros e até com soldados.

Em 16 de junho de 1717, Monari iniciou a sua primeira viagem missionária naquela região, indo até ao presídio das Pedras. Na mbanza dos nativos contactou com o régulo amistosamente. Regressando a Massangano, veio encontrar bastante doente o P. Adamo. Este padre foi mais tarde, em 25 de janeiro de 1718, transferido para Luanda, donde partiu depois para o Brasil.

Também o Irmão Fedele da Bada adoeceu gravemente, conseguindo contudo melhorar.

O capitão-mor de Massangano, pelos excessos cometidos contra Brancos e Negros, fora chamado a Luanda pelo novo Governador português Henrique de Figueiredo e Alarcão (1717-1722), mas conseguiu regressar ao seu posto graças a boas informações que conseguiu da parte dos missionários. O capitão-mor passara a apresentar-se depois mais humilde.

Em 1719, Monari visitou Luanda aonde acabara de chegar o P. Arcangelo da Módena, seu conterrâneo. Nesse tempo foi também nomeado o novo capitão-mor de Massangano. Assim, quando Monari regressou a Massangano, veio encontrar as coisas melhor dispostas.

Ainda nesse mesmo ano 1719, Monari pretendeu visitar a província de Libolo, onde habitavam descendentes dos antigos Jagas. Nessa altura grassava na região uma epidemia de bexigas, e os naturais receavam os viandantes brancos que se faziam conduzir pelos carregadores, pelo que, a fim de se preservarem de tal moléstia, costumavam evitar fornecer carregadores aos mesmos. Monari foi bem recebido por um jovem soba de cerca de 26 anos, a quem propôs baptizar os seus filhos, o que o soba permitiu e facilitou.

Monari quis visitar outras regiões, mas mandou comunicar ao novo capitão-mor que não deixasse entrar ninguém no presídio até à época das chuvas, devido ao surto de bexigas que estava então a grassar no Reino das Pedras.

Durante o tempo que esteve no presídio, morreu o Imperador de Kasanji, cujo funeral teve um aparato formidável, com o sacrifício de 40 homens.

No Zenza, Monari encontrou-se com o luquês P. Lorenzo da Onetta. A sua missão prosseguiu combatendo principalmente os feiticeiros que eram os verdadeiros mantenedores do estado de paganismo daquelas gentes.

Com o auxílio do Soba Kalandula, Monari conseguiu a prisão de alguns salteadores.

Na sua viagem para Kaenda, o missionário fez-se acompanhar do P. Vigário della Varra, ou seja Vigário Forâneo, que ia a Cambambe predicar na festa de Santo António (13 de Junho).

Nesta capitania, os efeitos da feitiçaria eram tamanhos que até o próprio capitão-mor Manuel Correia se havia recorrido a um feiticeiro para fazer morrer uma concubina, facto muito conhecido e comentado, impedindo depois ao alferes e aos soldados que fosse prestada qualquer informação desse facto ao missionário ou a quem quer que fosse. Monari passou aí maus bocados. O alferes contudo ia-se sublevando contra o capitão, ameaçando-o de ser cercado e obrigando-o a restituir-lhe a palavra.

No fim desta viagem apostólica, Monari regressou a Massangano a 24 de setembro de 1719. Como o seu septénio de apostolado terminasse a 21 de fevereiro de 1720, aí ficou à espera de ser chamado a Luanda pelo Prefeito.

Na sua viagem de regresso, Monari desceu o Kwanza até certo sítio, a fim de evitar os leões, e seguiu depois por estrada longa mas menos perigosa, levando 14 dias a chegar a Luanda.

Nesta cidade, por ser o mais antigo missionário e ser bastante conhecedor do sertão, Monari foi convidado para Vice-Prefeito, mas recusou esse cargo que foi depois destinado ao napolitano P. Michelangelo dalle Noci, que ainda andava em missão. Monari quis partir para a Europa. O Prefeito Lorenzo da Lucca, na altura sujeito a apoplexias, quis partir também com ele.

Entretanto chegaram sete novos missionários, incluindo o P. Angelo Francesco da Carpi que já havia estado naquelas partes de África e que regressava de Lisboa. Desse grupo, quatro estavam já há algum tempo em Lisboa à espera de transporte; um devia ir para o Rio de Janeiro; outro destinava-se ao Soyo e o P. Angelo, para o Bengo. Os religiosos vindos com o P. Angelo Francesco eram os padres Raffaele Maria da Milano, da província de Milano; Gregorio da Vignóla, da província de Basilicata; Mattia dalle Grotte, da província de Roma; Domenico da Panicocolo, da província de Napoli; Francesco da Massafia (ou Massafora); e Girolamo da Matêra. Os dois primeiros iniciaram a viagem para África em 1718 e os restantes em 1719; com estes últimos partiu também o P. Felice Maria da Modena, mas para o Brasil. Em 20 de maio de 1722 partiam de Génova também para o

Congo os PP. Gabriele da Módena e Giuseppe da Scandiano, ambos da antiga província de Lombardia, hoje Parma.

Por voltas de abril de 1720, chegou a Luanda a notícia de que o P. Michelangelo renunciava ao cargo de Vice-Prefeito, que foi dado ao jovem P. Arcangelo da Módena. Este todavia não durou até 4 de maio de 1720, pois morreu sofrendo de grave doença. Foi depois nomeado o P. Bonaventura dalle Grotte, da província de Roma.

A 17 de maio de 1720 Lorenzo da Lucca e Giuseppe da Módena embarcaram para bordo de um navio que seguiria para o Brasil, mas só a 19 de maio é que o barco levantou a âncora. Esse barco que chegaria à Bahia a 24 de junho de 1720, levava 789 escravos dos quais 80 morreram pelo caminho.

A fim de não ficar na ociosidade enquanto aguardava transporte para a Europa, Monari, de acordo com o Vice-Prefeito que fazia as vezes de Prefeito da Congregação da Bahia, foi missionar para a povoação de Tapagipe, onde visitou um engenho de açúcar das vizinhanças, ficando assim a conhecer o modo de trabalho nos engenhos.

A 18 de novembro de 1720, passou pela Bahia uma frota com 5 padres destinados a Luanda.

A 23 de novembro de 1720, o novo Vice-Rei do Brasil Vasco Gonçalves Fernandes, que viera em uma canhoneira de guerra armada com 80 canhões, toma posse do governo em cerimonial de grande solenidade.

Em 1721, houve na noite de S. José (19 de Março) um tremor de terra com maremoto seguido de temporal que apenas afectou a cidade da Bahia e o seu porto.

Na Quaresma, chegou do Rio de Janeiro o P. Girolamo da Matêra que abandonara Angola por não haver suportado o clima, e se dirigia para Pernambuco, via Rio, por falta de transporte directo. A frota que levaria para Lisboa Módena e Lucca, passaria por Pernambuco onde ficaria aquele missionário.

A partida efectuou-se a 3 de abril, chegando com ventos contrários a Pernambuco 23 dias depois. Por falta de ventos favoráveis, só a 19 de maio de 1720 a frota largou para Lisboa.

Essa frota, comandada pelo capitão-general Luís Queirós Carneira que dirigia a canhoneira que trouxera o novo Vice-Rei do Brasil, era constituída de 160 naves, sendo 65 da Bahia e as restantes do Rio e de Pernambuco, e transportava um tesouro de 8 milhões entre barras, varas e pó de ouro divididos entre as duas naves de guerra, sendo 5 milhões na nave capitânea e 3 milhões na nave almirante. Os outros barcos levavam 24 000 caixas de açúcar, 30 000 rolos de tabaco, 60 000 peles de coirame etc.

A viagem da Bahia a Lisboa, que normalmente se fazia em 110 dias, durou 140. A chegada a Lisboa fez-se a 20 de Agosto de 1721.

O P. Lorenzo da Lucca desembarcou muito doente, tendo sofrido bastante durante a viagem.

Em Lisboa, o Superior do hospício entregou a Monari duas cartas, uma do Rmo. Procurador Geral da Congregação que o felicitava pela sua vinda, e a segunda, usando termos bastante lisonjeiros, que o ordenava a regressar a África na qualidade de Prefeito. Monari, necessitando de descanso, não quis regressar à África, mas sob a insistência de Lorenzo de Lucca, do Superior do hospício e dos outros padres que lá se encontravam, entre os quais 23 que iam partir para Angola, S. Tomé e Pernambuco, não teve outro remédio senão aceitar regressar à África.

A 7 de setembro de 1721, dia do aniversário da Rainha de Portugal D. Maria Ana, esposa de D. João V, Monari, já como Prefeito da missão de Angola, foi ao beija-mão, tendo então conversado com o Rei, que se mostrou muito interessado com os diversos aspectos do seu labor.

Monari deixar-se-ia ficar em Lisboa até a altura do seu reembarque para África.

Mais nada de importância referente à factologia da sua missão contém o manuscrito de Fr. Giuseppe Monari da Módena.

Ignoramos a data da nova chegada de Monari a Luanda. Sabemos apenas pela carta dedicatória do seu manuscrito que em novembro de 1723 já lá se encontrava.

Segundo Gatti, de cuja obra extraímos todos esses informes, Monari não chegou a regressar à Itália, pois morreu como Prefeito das missões de Congo em 1725 sendo a notícia da sua morte conhecida na Itália muito tardiamente, em junho de 1726, e havendo-lhe sucedido no cargo, nesse mesmo ano, o P. Anselmo de Castel Vetrano, da província de Palermo. (Vid. "Arch. Prov. della Prov. Parmense. Reg. Professioni. Indice 3, lettera G. — Missioni e Missionari" pg. 17-18; in Arch. Gen. dell'Ordine, Roma; cit. por Gatti).

Monari nasceu em Módena em 1676, vestiu o hábito de noviço em Carpi, em 22 de março de 1696, e aí fez a profissão de fé em 22 de maio de 1697. Partiu para o Congo em 11 de novembro de 1711, aos 35 anos de idade e morreu com 49 anos. (Vid. Docum. cit. e Campione di Prov. vol. I, pg. 142, ao ano 1712; cit. por Gatti).

O manuscrito de Monari dá muitas indicações de ordem etnográfica, pois ele soube registrar muitos usos e costumes congueses e angolezes, tais como superstições, crenças e outros hábitos populares.

Gatti soube juntar-lhe no seu estudo outros dados principalmente extraídos de Cavazzi na parte etnográfica, e dos Arquivos italianos na parte missionária.

Infelizmente a factologia do manuscrito é mais pessoal que universal, ou melhor mais monariana ou religiosa que temporal ou congo-angolesa. Assim denota-se bastante a falta de informações históricas referentes aos Reinos que visitou, bem como outros dados exclusivos dos principais personagens, reis, fidalgos e povo do Congo e Angola, e dos acontecimentos políticos então desenrolados nesses reinos.

II

Com vista à tese do nosso trabalho, encontramos-nos agora em melhor posição para o concluirmos.

Quando morreu pois a Rainha angolosa D. Verónica I?

A Relação das viagens no Congo, Angola e Brasil por Monari nada contém a este respeito. Registe-se o conhecimento que Monari tinha da existência da Rainha D. Verónica a partir do segundo semestre de 1716, ou seja no primeiro ano da sua permanência em Massangano, e mais nada.

Se na simples Relação das Missões, transcrita em Paiva Manso, Monari se refere à morte da Rainha D. Verónica, porque motivo a esquece no seu longo manuscrito, em que tudo descreve sobre o que aconteceu no tempo da sua estadia em África?

Neste seu manuscrito, vários foram os factos que relembrou localizando-os em certos casos com relativa exactidão no tempo e no espaço. Destacaremos aqui a morte do Rei de Ngoyo logo a seguir à Semana Santa de 1714, e a morte do Imperador de Kasanji em 1719, quando Monari se encontrava no presídio de Massangano, provavelmente já depois da sua visita a Luanda e antes da sua viagem pastoral pela província de Libolo (efectuada antes da época das chuvas) e antes da visita a Kaenda (efectuada antes do dia 13 de Junho).

Em princípio é de estranhar que a Relação de crítica às missões se refira a uma já falecida Rainha Jinga, a D. Verónica Guterres, e a Relação das suas viagens, que constitui maior somatório de acontecimentos vividos desde a sua ida para o Congo e Angola até ao seu regresso a Lisboa, seja a esse respeito totalmente omissa.

Monari, tanto em Lisboa depois da sua vinda de África, como já novamente em Luanda em 1723, sabia que o Reino de Jinga estava então a ser governado por um soberano. Se na sua Relação de crítica missionária alude

à morte do Rei do Congo D. Pedro IV (que ocorreu em 1718), e à morte do Papa Clemente XI (verificada em 1721); se na Relação descritiva da sua missão em África nos fala acerca da morte do Rei de Ngoyo em 1714, e da morte do Imperador de Kasanji em 1719, qual o motivo porque já em Lisboa, sabedor da morte da Rainha Jinga D. Verónica, não deixou gravada no papel do seu mais minucioso manuscrito qualquer indicação sobre a ocorrência de tal acontecimento?

Há a deduzir um facto que nos parece concreto: em todas as suas andanças pelo sertão angolês, nunca Monari teve notícia da morte da Rainha Jinga. Isto significa que durante o tempo da sua missionação em Massangano, D. Verónica estava ainda viva. Se tal não sucedesse, a notícia da sua morte teria atravessado todo o sertão e de certeza chegaria aos ouvidos de Monari, que não deixaria de registá-la; assim ao rememorar as actividades de toda a sua vida de missionário, ele faria com certeza menção da morte da Rainha Jinga, enquadrando-a no caso de desconhecimento de data certa entre outros acontecimentos, como aliás fez para as mortes do Rei de Ngoyo e do Imperador de Kasanji.

Só nos resta neste aspecto cotejar as duas Relações de Monari. Havíamos concluído ter a Relação de crítica missionária sido escrita em Lisboa, já em 1722. Ignoramos o tempo exacto que Monari permaneceu em Lisboa até regressar novamente a Angola, já com o cargo de Prefeito Apostólico. Apenas sabemos que em novembro de 1723 se encontrava já em Luanda. É de presumir que a estadia de Monari em Lisboa tivesse entrado pelo ano 1722 adentro não só por necessidade de descanso, mas também por estes dois motivos: primeiro, dada a conclusão já anteriormente atingida e baseada no estudo feito em que se fez sobressair a actualidade da Relação de crítica missionária e sua contemporaneidade com a resposta do Bispo D. Luís Simões Brandão, o ofício do Secretário de Estado Diogo de Mendonça de Corte Real dirigido ao Bispo D. Fr. Manuel de Santa Catarina, e a própria carta que sobre o mesmo assunto Monari enviou à Santa Sé; em segundo lugar, a própria resposta do Bispo Santa Catarina de que não conhecemos o original e respectiva data, mas apenas o seu traslado feito em junho de 1724, a qual não nos dá a entender a presença em Luanda de Monari, já Prefeito, naquela data de 1722.

Infelizmente a Relação das viagens nada nos diz acerca da data da partida de Monari já como Prefeito para Angola.

Finalmente e nestas condições, apenas podemos conjecturar sobre a época em que a Rainha D. Verónica I terá morrido, e sobre o modo que Monari teve para conhecer tal notícia.

O manuscrito publicado por Gatti não contém qualquer alusão à morte da Rainha Jinga, porque ela não se deu no tempo em que Monari se encontrava em Angola. Quando a Rainha Jinga faleceu, havia já algum tempo que Monari se encontrava em Lisboa, e ao escrever as suas memórias nunca poderia referir-se à morte da Rainha. Uma vez que a factologia do relato de Monari termina praticamente com a audiência real em Lisboa no dia 7 de setembro de 1721, ao celebrar-se o aniversário da Rainha D. Maria Ana, nunca poderia ele fazer qualquer alusão nessas suas memórias à morte da Rainha Jinga.

Passados escassos meses apenas, Monari, ou por carta ou por informação de alguém acabado de chegar de Angola, tomaria conhecimento da presença de novo Rei em Jinga, substituindo a falecida Rainha D. Verónica, o qual, seguindo as pisadas desta, mantinha o desejo de receber missionários, tão arredios à cristianização no interior da selva angolosa.

Monari aproveitaria assim tal dado histórico para incluir na Relação de crítica missionária publicada no livro de Paiva Manso, embora o mesmo se não encontrasse balizado cronologicamente. Assim o haviam informado.

Podemos pois confirmar a nossa anterior conclusão de ter D. Verónica Guterres, após a sua eleição em 1681, governado o Reino de Jinga durante 40 anos até que a morte a surpreendeu em princípios de dezembro de 1721. Com efeito, provado que está viver ainda D. Verónica em fins de novembro de 1721, e haver Monari noticiado em Lisboa a morte dessa Rainha na época em que ultimava as suas Relações, já citadas, ou seja a partir de março de 1722, e atendendo ao lapso de tempo decorrido com a transmissão da notícia fúnebre desde o Sertão até Luanda, e daqui até Lisboa, temos pois de concluir por confirmar a data já deduzida de ter sido em princípios de dezembro de 1721 que ocorreu a morte da Rainha Jinga D. Verónica Guterres I.

A validade desta conclusão só tem jus na medida em que não possamos encontrar qualquer documento ou fonte que afirme concretamente a cronologia do acontecimento que mereceu este nosso estudo, ou que crie condições de refutação também concreta, absoluta, da dita conclusão.

(continua)